

## **O NEOTECNICISMO ENQUANTO TENDÊNCIA PEDAGÓGICA: ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE – CE**

### **ISRAEL TORRES RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Regional do Cariri, URCA, Brasil.  
E-mail: itpedagogia@hotmail.com

### **MANUEL JOSÉ PINA FERNANDES**

Orientador: Atualmente é professor efetivo da Universidade Regional do Cariri – URCA e presta serviços temporários para as Faculdades Integradas do Vale do Ivaí e, também, para as Faculdades Integradas de Patos/PB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Pesquisa Educacional, Educação e Movimentos Sociais, Formação do Educador, Trabalho e Educação, Prática e Qualidade de Ensino. Desenvolve pesquisas na área de Educação. Doutor em História da Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: profmanuelfernandes@gmail.com

### **Introdução**

No ano de 2011 foi inaugurada em Juazeiro do Norte, Ceará, a Nova Escola de Educação Profissional Raimundo Saraiva Coelho por iniciativa do Governo do Estado, o qual, em parceria com o Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, vem desenvolvendo um trabalho gradativo de implantação destas unidades escolares por toda a extensão cearense. É notório que estas escolas, a partir da observação de suas instalações, são um investimento de alto custo. Outro fato observado, é que estas escolas vem sendo alvo de ambição dos filhos das classes trabalhadoras que almejam se qualificar profissionalmente com o intuito de desenvolver uma profissão que supere a própria realidade destes estudantes. Entretanto, apesar das afirmações do Governo Cearense que declara oferecer uma educação profissional de qualidade para o povo, questionamos esta afirmação da seguinte forma: que educação de qualidade é esta que vem sendo oferecida pelas Novas EEEPs?

Este artigo justifica-se como atividade do Projeto de Pesquisa “O Recrudescimento do Neotecnicismo: estudo de caso

no Cariri”, na área temática de História da Educação, através do Programa de Iniciação Científica/FUNCAP, na Universidade Regional do Cariri. O objetivo deste artigo consiste em investigar qual o contexto político educacional ao qual as Novas EEEPs pertencem, descrevendo o roteiro histórico de tendências anteriores e a consolidação da tendência vigente, expondo os objetivos da Nova EEEPs em Juazeiro do Norte e verificando se tais objetivos representam uma forma de expressão da reconfiguração educacional para a nova demanda de qualificação profissional. Em observância ao cronograma da Pesquisa, que ainda se encontra no início, a metodologia utilizada neste artigo é qualitativa, bibliográfica e fundamentada em autores atuais que apresentam a teoria marxista como eixo epistemológico, tais como Demerval Saviani na área de História da Educação, Carlos de Freitas em Políticas Educacionais, Gaudêncio Frigotto e Acássia Kuenzer na área de educação profissionalizante.

O presente artigo está estruturado em cinco pontos: I. Introdução; II. O Neotecnicismo enquanto tendência educacional; III. As Manifestações Tecnicistas/Neotecnicistas no Ceará; IV. As Contradições Sociais do Tecnicismo/Neotecnicismo; V. Considerações Finais.

### **O neotecnicismo enquanto tendência educacional**

O percurso histórico das Tendências Pedagógicas brasileiras, inserido no contexto de uma relação entre política e educação, é descrito por Saviani (1986) através de uma periodização destas Tendências, o que não significa que tais tendências não se manifestem nos dias de hoje. O autor as apresenta, em termos de ênfase político educacional, da seguinte forma: a Tradicional, utilizada pelos Jesuítas desde a chegada da Ordem Católica ao país, foimantida pelo Marques de Pombal em sua reforma e utilizada ainda durante a República Oligárquica; a Escolanovista, adotada pelos Pioneiros

da Educação Nova a partir da década de 30<sup>1</sup> do século XX durante o governo Vargas em uma iniciativa conjunta com a sociedade civil burguesa para promoção de uma reestruturação econômica do país, o qual transitava de uma base agroexportadora em crise para um processo de industrialização tardio<sup>2</sup>; e a Tecnicista, que em um momento de Ditadura Militar visava qualificar mão de obra analfabeta para consolidar a implantação da industrialização.

Diversos autores comungam com esta periodização das tendências no país, em especial, Frigotto (1988) que apresenta uma análise da conjuntura político-social sobre a educação entre 1948 a 1971, considerando que o país sempre viveu uma democracia restrita ao plano político protagonizado pelas elites conservadoras em seu sistema. Sobre a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (4.024/61), Frigotto afirma que esta não era nada além do que uma jogada política de conciliação entre as elites que disputavam a hegemonia do Estado Novo. Frigotto, observa ainda que o período da Ditadura Militar foi marcado por dois momentos: um de autoritarismo desmobilizador, no qual a violência em todos os níveis como a física, a moral e a política eram crescentes, na educação surgem o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais “IPES” e o acordo do Ministério da Educação e Cultura com os Estados Unidos, “MEC/USAD”; e um outro de autoritarismo mobilizador, a partir de 68, com a intenção de recuperar a economia brasileira, surge a reforma universitária com a Lei 5.540/68 e a Lei de profissionalização contida na LDB 5.692/71, entretanto, estas iniciativas representaram uma forma de expressão das forças conservadoras. Saviani (2011) descreve ainda como se deu o processo de discussão no período de transição

---

<sup>1</sup> Alguns autores, diferentemente de Saviani, apontam o início das manifestações do Escolanovismo no Brasil a partir da primeira década do século XX. Ver: BATISTA (2013) “Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT”.

<sup>2</sup> O termo “tardio” expressa o atraso econômico brasileiro em relação a implantação da industrialização, levando-se em conta que a industrialização em si teve seu início em 1790, cerca de 150 anos antes.

do fim da Ditadura para um governo democrático e suas implicações sobre a educação. Entre os anos de 1980 e 1991 houve no país intensas demandas de produção de ensaios contra-hegemônicos que buscavam orientar a prática educativa. Quanto a este fato Saviani considera que:

Apesar do clima favorável à emergência das pedagogias contra-hegemônicas propiciado pela década de 1980, considerando os obstáculos representados principalmente pelo caráter de transição pelo alto que caracterizou a abertura democrática, os resultados não foram muito animadores. As tentativas de implantar políticas educativas “de esquerda” por parte de governos estaduais e municipais assumidos por partidos que faziam oposição ao regime militar foram, de modo geral, frustrantes. Na década de 1990, com a ascensão de governos ditos neoliberais em consequência do denominado Consenso de Washington, promoveram-se nos diversos países reformas educativas caracterizadas, segundo alguns analistas, pelo neoconservadorismo. (SAVIANI, 2011, p. p. 422, 423).

Em 1991, Freitas, na Conferência Brasileira de Educação, em observância à orientação pedagógica gestada no governo Collor, atribui à certas iniciativas o termo Neotecnicismo, referindo-se a definição de Tecnicismo feita por Saviani. Esta atribuição promovida por Freitas ocorre ao perceber que as iniciativas do governo da época objetivavam a aplicação de uma série de medidas na política educacional que eram motivadas pela nova investida liberal/conservadora<sup>3</sup>, com o propósito de revitalizar as taxas de acumulação de riquezas, a qual preservava traços tecnicistas, mas que se

<sup>3</sup> Frigotto (2003, p. 96) observa que os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram responsáveis por tutorear reformas educacionais em países periféricos e semiperiféricos. Enquanto que no plano jurídico-econômico a Organização Mundial do Comércio (OMC) se encarregou de desenvolver legislações que superassem o domínio de megacorporações e multinacionais.

baseavam na teoria de responsabilização e meritocracia em uma plataforma operacional alterada para promover a privatização da educação (FREITAS, 2011, p.p. 3, 4).

Em uma comparação entre o antigo Tecnicismo da década de 70 e sua reformulação em meados da década de 90, Saviani, assim como Freitas, compreende que o que houve, foi uma modificação conotativa da postura do Estado com relação a flexibilização em prol da obtenção de resultados. O antigo Tecnicismo possui princípios de racionalidade e efetividade produtiva para obtenção do maior resultado possível com o mínimo de dispêndios, tendo o Estado controle e direção direta. Já no Neotecnicismo o Estado transfere esta iniciativa para o setor privado e órgãos não governamentais sob a justificativa de reduzir custos, encargos e investimentos com o pretexto ideológico de divisão de responsabilidades através de parcerias. (SAVIANI, 2011, p. 438).

### **As manifestações tecnicistas/neotecnicistas no Ceará**

Atualmente o Brasil possui razões econômicas que o levam a chamar a atenção do capital internacional, razões estas diferentes da realidade brasileira de 20 anos atrás, no período no qual as iniciativas liberais/conservadoras nortearam as bases das políticas educacionais do país. Na situação que se encontra, o governo atual sofrepressões de um conjunto de corporações que, para garantir condições adequadas de funcionamento do mercado para obtenção de lucro sobre os investimentos alocados, promovem através de parcerias com o governo, um suposto melhoramento da educação que é entendida como um dos subsistemas da produção, garantindo assim, mão de obra qualificada. (FREITAS, 2011, p.p. 4, 5)

A Lei de Diretrizes e Bases vigente, discutida a partir de 1988 e aprovada em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, segundo Viamonte (2011), exclui a educação profissional de forma estrutural e organizativa do sistema educacional brasileiro, promo-

vendo uma alternativa que funcionalmente restringe o acesso das camadas populares ao ensino superior. Viamonte declara que:

O texto da LDB 9394/96 (art. 35; parágrafo II) é bastante ambíguo e minimalista, pois estabelece como objetivo da educação básica a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Porém a preparação para profissões técnicas se constitui em um sistema paralelo e independente que poderá articular-se com o ensino regular ou desarticular-se dele completamente (VIAMONTE, 2011, p. 38).

Por outro lado, Viamonte (2011) declara ainda que com a intensificação das discussões na disputa eleitoral de 2002 e com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, procurou-se através do decreto nº 5.154/04, construir uma identidade que superasse tal dualidade, desenvolvendo uma formação integrada entre ensino médio e técnico, entretanto, o fato é que o MEC declinou dessa iniciativa, sendo o espaço ocupado pelo Conselho Nacional de Educação “CNE”, que por sua vez, teve sua declaração ratificada pelo ministro da Educação, homologando o Parecer nº 39/2004 da Câmara de Educação Básica e a resolução nº 01/2005 do próprio CNE atualizando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o que contradiz a própria iniciativa do governo, que na prática perpetuava os problemas já existentes. Dessa forma, concordamos com Viamonte que diz que:

(...) o Parecer nº 39/2004 apresenta contradições, já que pretende atender à nova situação criada pelo Decreto nº 5154/04 sem entrar em choque com as diretrizes propostas no contexto gerado pela vigência do Decreto nº 2208/97, algo altamente impossível diante dos fundamentos antagônicos assumidos pelos dois documentos. Portanto, as diretrizes para a educação profissionalizante de nível médio contidas na resolução nº 04/99 necessitavam de significado que atendessem às novas concepções. (VIAMONTE, 2011, p. 49, 50)

Neste contexto, surge em 2007 o Programa Brasil Profissionalizado<sup>4</sup> o que de acordo com o portal do MEC (2014), tem como objetivo auxiliar os Governos Estaduais no fortalecimento da educação profissional através do financiamento, em prol da modernização e expansão da rede pública, tornando as escolas de ensino médio centros integrados de educação profissional. Em observação a iniciativa promovida pelo Governo Federal, o Governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria da Educação para elevar os resultados das escolas pertinentes a rede pública assume, em 2008, a tarefa de articular o currículo do ensino médio com conhecimentos necessários para o mundo do trabalho. Para isto foram seguidos os seguintes passos exigidos pelo MEC (2014):

1º passo: Assinar o Compromisso Todos pela Educação – Decreto nº 6.094/97; 2º passo: O secretário estadual de educação ou secretaria afim devem formalizar à Setec sua intenção de participar do programa. No mesmo documento deve constar o nome e o CPF dos responsáveis pela execução do Brasil Profissionalizado no estado. Os dados serão cadastrados no Simec, plataforma em que serão inseridos o diagnóstico e a elaboração do plano de expansão e melhoria da educação profissional; 3º passo: A secretaria estadual solicita ao MEC a presença de um técnico para orientar a realização do diagnóstico e elaboração do plano. 4º passo: Finalizado o diagnóstico e elaborado o plano, este será enviado para análise da Setec. 5º passo: Após análise global do plano pela Setec, as ações aprovadas são encaminhadas para celebração de convênio junto ao FNDE ou para atendimento via assistência técnica (BRASIL, 2014).

Desde a adesão ao programa, o Governo do Estado do Ceará, no governo Cid Gomes, tem promovido uma suposta universalização da educação profissional, de acordo com o site oficial do

---

<sup>4</sup> O Programa Brasil Profissionalizado não se restringe ao que foi exposto, ele também apresenta parcerias com instituições tradicionais da educação profissional como SENAI, SESI, ou novas como o SEST SENAT, as quais estão incluídas no PRONATEC.

Governo do Estado (2013) “As 97 escolas inauguradas ofertam 51 cursos técnicos (...) O programa atende uma matrícula de 38.499 jovens cearenses em 2013”. O site informa ainda que “Até o final do ano de 2014, a meta é chegar a um total de 140 (cento e quarenta) escolas, contemplando mais municípios cearenses e atendendo a um maior número de estudantes”. O fato é que o Estado do Ceará possui mais de 150 municípios e mesmo que cada um desses municípios receba uma Nova Escola com infraestrutura rotulada de ponta, o maior resultado alcançado é o alto índice de exclusão proporcionado por estas escolas que recebem apenas estudantes considerados capazes de receber uma educação de qualidade. Ou seja, as massas continuam sem receber a atenção que lhes é devida, enquanto que uma minoria selecionada recebe uma educação merecedora de fortes questionamentos como: quem são os maiores beneficiados com estas escolas, os alunos ou os empresários? Estas escolas realmente formam cidadãos ou simplesmente mão de obra que não reflete o ato de produção? Existe espaço nestas instituições para o diálogo ou elas simplesmente se preocupam em bater as metas estipuladas pelo sistema estatal?

Uma das características comuns a essas escolas é a similaridade da declaração de seus objetivos. De acordo com o site da Seduc (2014), a critério de exemplificação, apresenta-se neste momento as intenções da Nova Escola Raimundo Saraiva Coelho inaugurada em 2011, na cidade de Juazeiro do Norte:

Temos como **Visão** ser uma instituição que prepara educandos comprometidos com a aprendizagem para obterem sucesso profissional, visão a integração humanista e sustentável, como **Missão** integrar a formação escolar de nível médio com habilitação profissional técnica através de educação acadêmica de excelência, formação para o mundo do trabalho e práticas e vivências em Protagonismo Juvenil e como **Valores** qualidade, ética, cidadania, eficiência, equidade, solidariedade e transparência.

A partir da visão, missão e valores declarados pela escola é difícil não relacioná-los a conceituação de Saviani (2011), o qual considera o Neotecnicismo uma modalidade de gestão pedagógica que prima por introduzir a pedagogia das competências, que por sua vez, possui a intencionalidade de moldar os indivíduos para viver em uma sociedade que passou por reformulações no processo produtivo. Ou seja, o objetivo dessa iniciativa é elevar ao máximo a eficiência do novo trabalhador ao mesmo tempo que o domestica na filosofia de mercado, formando uma demanda de sujeitos que se contentam em proporcionar as empresas trabalho não pago.

### **As contradições sociais do tecnicismo/neotecnicismo**

As contradições, segundo Kuenzer (2007), já consolidadas nos dias de hoje, promovem muito mais que a inserção do toyotismo<sup>5</sup> na educação e a fragmentação do currículo escolar, elas promovem um movimento dialético entre inclusão excludente e exclusão includente, na primeira o trabalhador se torna “superexplorado” em sua relação com o empregador, o que caracteriza uma precarização das relações trabalhistas. Saviani (2011, p. 442) quanto à inclusão excludente, compreende que:

(...) manifesta-se no terreno produtivo como um fenômeno de mercado. Trata-se das diferentes estratégias que conduzem à exclusão do trabalhador do mercado formal, seguida de sua inclusão na informalidade ou reinclusão no próprio mercado formal. (...) esse trabalhador só pode voltar a ser incluído nas seguintes circunstâncias: com carteira assinada, mas com diminuição de salário e de direitos; como empregado de empresa terceirizada; ou trabalhando para a mesma empresa, porém na informalidade.

---

<sup>5</sup> De acordo com Saviani (2011), o toytismo representa a nova modalidade de gestão no setor produtivo que superou as concepções tayloristas e conseqüentemente influenciou a gestão escolar.

Enquanto que a exclusão includente, segundo a própria Kuenzer (2007) consiste em uma formação escolar sem qualidade, que não forma o cidadão crítico e reflexivo, mas que simplesmente o torna flexível em termos de resolução de problemas na prestação de serviços dentro do contexto de inclusão do novo trabalhador para o mercado de trabalho. Ou ainda, segundo Saviani (2011, p. 442) como quantidade numérica de matrículas em escolas sem nenhuma qualidade formativa:

A “inclusão excludente”, por sua vez, manifesta-se no terreno educativo como a face pedagógica da exclusão includente. Aqui a estratégia consiste em incluir estudantes no sistema escolar em cursos de diferentes níveis e modalidades sem os padrões de qualidade exigidos para o ingresso no mercado de trabalho. Essa forma de inclusão melhora as estatísticas educacionais por que permite apresentar números que indicam a ampliação do atendimento escolar se aproximando da realização de metas como a universalização do acesso ao ensino fundamental.

O neotecnicismo enquanto aparelho ideológico de controle do Estado, através das novas modalidades de gestão da educação, não pode se perpetuar, é necessário lutar por uma formação humana assim como a descrita por Frigotto (2014), o qual observa que tal cidadania indica a não separação entre formação profissional e básica, uma superação da dualidade histórica entre formação geral e específica, entre formação técnica e política. Em outras palavras, o autor acredita que a formação do novo trabalhador, assim como no contexto no qual as NEEEPs estão inseridas, não está em consonância com a formação humana, compreendida como uma formação que agrega o indivíduo ao exercício da cidadania, ou seja, a formação política, o que significa a capacidade do indivíduo de observar a realidade e nela reconhecer direitos básicos, usufruindo-os em termos sociais e subjetivos.

Segundo Saviani (1986) na história das tendências pedagógicas, a educação sempre esteve subordinada à política, o que não

é diferente na atualidade com o neotecnicismo, O que vale lembrar neste caso é que esta relação de subordinação não nos impede de lutar por uma superação da realidade, o que se justifica porque a prática política está inscrita essencialmente na sociedade capitalista, enquanto que a prática educativa está inscrita essencialmente na realidade humana, o que impede o capital de negar esse direito à humanidade, mantendo-a subordinada, mas passiva de mudanças desde que haja luta pelo melhoramento da educação.

### **Considerações finais**

Sintetizando, o Neotecnicismo nada mais é do que uma modalidade redirecionada de interferência do capital através de uma antiga subordinação da educação ao poder público de forma que este promova através de uma ideologia de responsabilização e meritocracia a garantia de uma população com habilidades suficientes para exercerem uma atividade com certo nível de complexidade, enquanto que aqueles que não conseguem desenvolver competências, apenas são excluídos do mercado de trabalho, sendo responsabilizados pelo próprio fracasso, quando na realidade este fracasso em grande parte é promovido por um sistema de educação que não se preocupa com uma formação humana de qualidade.

Na região do Cariri, mais precisamente em Juazeiro do Norte, possuímos uma expressão da realidade que estamos vivendo, as NEEEPs são realmente uma iniciativa sólida e efetiva do Governo do Estado Cearense, a implantação dessas escolas tem sido uma realização objetiva e de alto custo com a justificativa de fornecer mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, em termos de instalações não existem dúvidas de que estas escolas são de primeiro mundo, por outro lado, é fato explícito que estas escolas, através de seus objetivos, formar cidadãos fundamentados em valores de mercado, estão seguindo uma demanda fortemente criticada por teóricos progressistas, os quais afirmam em declarações já citadas

neste trabalho, no qual contexto que estas escolas estão inseridas são de dualidade histórica e mais recentemente de exclusão incluída e inclusão excludente.

Nestas primeiras análises sobre o Neotecnicismo em Juazeiro do Norte, foi possível observar ainda questões que serão futuramente discutidas, tais como: As diferenças entre as antigas escolas técnicas estaduais e as NEEEPs; O currículo das NEEEPs sob ótica gramsciana; As NEEEPs e a Teoria do Capital Social de Bourdieu.

### Referências bibliográficas

FREITAS, Luiz Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio “PNE: diretrizes para avaliação e regulação da educação nacional”. Campinas/SP: UNICAMP, fevereiro de 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. Texto apresentado ao 10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste. Rio de Janeiro, julho de 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino Médio e Técnico Profissional: disputa de concepções e precariedade. *Diplomatique*, 2013. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>. Acesso em: 25 de julho de 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Formação Profissional no 2º Grau: em busca do horizonte da Educação Politécnica. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro. p. 435 – 445, 1988.

KUENZER, A. Exclusão incluída e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L.; LOMBARDI, J.C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez ed.; Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2011.

VIAMONTE, Perola Fátima Valente Simpson. Ensino Profissionalizante e Ensino Médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011.